

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 633/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais elétricos destinados à decoração urbana dos espaços públicos do Município, alusiva às celebrações do Natal de 2026 e da Páscoa Iluminada de 2027, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Natal de 2026 e da Páscoa Iluminada de 2027						
Item	Código do produto/Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	29837487 439272	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC VERDE ITEM 1 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor VERDE, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	20	ROLO	807,27	16.145,40
2	29837488 439273	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC BRANCO FRIO ITEM 2 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor BRANCO FRIO, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa	40	ROLO	807,27	32.290,80

		resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m				
3	29837489 346742	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC BRANCO MORNO ITEM 3 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor BRANCO MORNO, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	30	ROLO	807,07	24.212,10
4	29837490 439274	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC VERMELHA ITEM 4 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor VERMELHA, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	30	ROLO	807,07	24.212,10
5	29837491 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC AZUL ITEM 5 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor AZUL, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho	10	ROLO	807,07	8.070,70

		transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m				
6	29837492 239922	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC BRANCO FRIO ITEM 6 Mangueira luminosa transparente de PVC flexível na cor BRANCO FRIO com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	10	ROLO	821,27	8.212,70
7	29837493 239922	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC BRANCO QUENTE ITEM 7 Mangueira luminosa transparente de PVC flexível na cor BRANCO QUENTE com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	10	ROLO	839,27	8.392,70
8	29837494 290160	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC AZUL ITEM 8 Mangueira luminosa transparente de PVC flexível na cor AZUL com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	10	ROLO	829,27	8.292,70
9	29837495 439272	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC VERDE ITEM 9 Mangueira luminosa transparente de PVC flexível na cor VERDE	10	ROLO	829,27	8.292,70

		com no mínimo 36 leds por metro e estrobilhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobilhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m				
10	29837496 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC AMARELO ITEM 10 Mangueira luminosa transparente de PVC flexível na cor AMARELA com no mínimo 36 leds por metro e estrobilhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobilhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	10	ROLO	829,27	8.292,70
11	29837497 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE PVC AMARELO ITEM 11 Mangueira transparente de PVC flexível em led, na cor AMARELA, com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	10	ROLO	807,07	8.070,70
12	29837498 239922	CORDÃO 100 LEDS VERDE ITEM 12 Cordão de led com estrobilho com no mínimo 100 leds blindados, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 estrobilhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima	100	UN	30,24	3.024,00

		6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz VERDE				
13	29837499 439274	CORDÃO 100 LEDS VERMELHO ITEM 13 Cordão de led com estrobinho com no mínimo 100 leds blindados, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 estrobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz VERMELHO	500	UN	30,24	15.120,00
14	29837500 239922	CORDÃO 100 LEDS BRANCO QUENTE ITEM 14 Cordão de led com estrobinho com no mínimo 100 leds blindados, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 estrobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO QUENTE	300	UN	30,49	9.147,00
15	29837501 239922	CORDÃO 100 LEDS BRANCO FRIO ITEM 15 Cordão de led com estrobinho com no mínimo 100 leds blindados, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 estrobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO FRIO	300	UN	30,49	9.147,00
16	29837502 239922	TUBO CILÍNDRICO SNOWFALL BRANCO FRIO ITEM 16 de no mínimo 80cm, 220V com rabicho. Cabo de alimentação de 50 a 60cm IP-44 na cor da luz BRANCO FRIO.	100	UN	25,49	2.549,00
17	29837503 239922	CASCATA DE 400 A 550 LEDS BRANCO QUENTE ITEM 17 CASCATA DE 400 A 550 LEDS com fio branco e diâmetro mínimo de 1,8mm, com 7 fios de cobre para uso externo, 220V, com estrobinhos na cor	50	UN	160,41	8.020,50

		branca. Com caída de no mínimo 40cm e no máximo 70cm. Cascata com tomada macho e fêmea para união. Potência mínima 15w, IP-44. Cascata contendo uma resina de proteção na base dos leds, fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO QUENTE. Comprimento mínimo de 9m.				
18	29837504 239922	CASCATA DE 400 A 550 LEDS BRANCO FRIO - ITEM 18 Cascata de 400 a 550 leds com fio branco e diâmetro mínimo de 1,8mm, com 7 fios de cobre para uso externo, 220V, com estrobinhos na cor branca. Com caída de no mínimo 40cm e no máximo 70cm. Cascata com tomada macho e fêmea para união. Potência mínima 15w, IP-44. Cascata contendo uma resina de proteção na base dos leds, fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO FRIO. Comprimento mínimo de 9m.	50	UN	160,91	8.045,50
19	29837505 239922	CASCATA 400 LEDS FIXA COLORIDA - ITEM 19 com no mínimo 9m de comprimento, com cabo macho e fêmea para união de até 5 conjuntos. IP-44 na voltagem 110V. Cor da luz COLORIDA	50	UN	174,55	8.727,50
20	29837506 239922	CONJUNTO DE CORDÕES COM NO MÍNIMO 100 LEDS BRANCO QUENTE ITEM 20 fixos, cor do fio branco, com extensão de no mínimo 9m, diâmetro do fio com no mínimo 1,8mm, potência de no mínimo 4,2w e no máximo 6w IP-44. Com terminal macho e fêmea para a união de até 5 cordões, produto adequado para uso externo, 220V, cor da luz BRANCO QUENTE	150	UN	30,74	4.611,00
21	29837507 239922	CONJUNTO DE CORDÕES COM NO MÍNIMO 100 LEDS VERMELHA ITEM 21 fixos, cor do fio vermelho cristal com extensão de no mínimo 9m, diâmetro mínimo do fio 1,8mm, potência mínima 4,2 w e máxima 6w. IP-44. Com terminal macho e fêmea para união de até 5 cordões, produto adequado para uso externo em 220Volts. Cor da luz VERMELHA	100	UN	30,74	3.074,00
22	29837508 336803	CORDÃO DE COBRE 1,5MM² BRANCO ITEM 22 flexível paralelo, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/d, 300v, 2 condutores de 1,5 mm². Cor BRANCO	2.500	M	2,73	6.825,00

23	29837509 336803	CORDÃO DE COBRE 1,5MM² MARROM ITEM 23 flexível paralelo, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/d, 300v, 2 condutores de 1,5 mm². Cor MARROM	3.500	M	2,75	9.625,00
24	29837510 443430	CORDÃO DE COBRE 2,5MM² BRANCO ITEM 24 flexível, paralelo, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/d, 300v, 2 condutores de 2,5 mm². Cor BRANCO	1.000	M	5,06	5.060,00
25	29837511 443430	CORDÃO DE COBRE 2,5MM² MARROM ITEM 25 flexível, paralelo, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/d, 300v, 2 condutores de 2,5 mm². Cor MARROM	2.000	M	5,06	10.120,00
26	29837512 480825	CORDÃO DE COBRE 4MM² BRANCO ITEM 26 flexível, paralelo, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/d, 300v, 2 condutores de 4,0 mm². Cor BRANCO	1.500	M	6,43	9.645,00
27	29837513 390141	CABO PP 500V, 1,5MM PRETO, 2 CONDUTORES DE 1,5MM² ITEM 27 na cor preto	2.000	M	5,69	11.380,00
28	29837514 390141	CABO PP 500V 4MM PRETO, 3 CONDUTORES DE 4MM² ITEM 28 na cor preto.	1.500	M	15,14	22.710,00
29	29837515 390141	CABO PP 500V 6MM PRETO, 3 CONDUTORES DE 6MM² ITEM 29 na cor preto	800	M	23,38	18.704,00
30	29837516 390141	CABO PP 500V 10MM PRETO, 3 CONDUTORES DE 10MM² ITEM 30 na cor preto	500	M	35,46	17.730,00
31	29837517 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 200 x 3,6 mm ITEM 31 de alta resistência para amarração de cabos comprimento de 200 x 3,6 mm cor branca – pacote com 100 unidades, resistente a radiação ultravioleta.	800	PCT	8,70	6.960,00
32	29837518 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300 x 3,6mm ITEM 32 de alta resistência 300 x 3,6mm na cor branco para amarração de cabos, comprimento 300x3,6 mm na cor branco - pacote com 100 unidades	300	PCT	12,10	3.630,00
33	29837519 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300 x 4,8 mm ITEM 33 de alta resistência para amarração de cabos comprimento de 300 x 4,8 mm cor branca – pacote com 100 unidades	100	PCT	20,29	2.029,00
34	29837520 465459	ABRAÇADEIRA DE NYLON 640x12mm ITEM 34 de alta resistência para amarração de cabos comprimento de 640x12mm mm cor preta – pacote com 100 unidades	20	PCT	188,43	3.768,60
35	29837521 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA DE 13MM ITEM 35	250	UN	11,70	2.925,00

36	29837522 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA COM ESTROBINHO 13MM ITEM 36	250	UN	11,87	2.967,50
37	29837523 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA 11MM ITEM 37	200	UN	11,80	2.360,00
38	29837524 360563	ESTROBOS DE FIXAÇÃO, LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA BRANCO ITEM 38 com potência mínima de 10w, 220V para uso externo. Com medidas mínimas de 7,5 x 8cm. No mínimo de 50 a 70 piscas, flashes por minuto com visibilidade plena de até 5km. Não possui led nesse estrobo. Cor da luz BRANCO	100	UN	23,74	2.374,00
TOTAL						364.763,90

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: Conforme tabela abaixo;
- IV) Classe/Grupo: Conforme tabela abaixo;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-103/2026

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Nome do PDM do Item
7675	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7676	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7677	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7678	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7679	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7680	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa

7681	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7682	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7683	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7684	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7685	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7686	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7687	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7688	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7689	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7690	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7691	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7692	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7693	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7694	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7695	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7696	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7697	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7698	Fios e Cabos Elétricos	Cordão Elétrico Flexível
7699	Fios e Cabos Elétricos	Cordão Elétrico Flexível
7700	Fios e Cabos Elétricos	Cordão Elétrico Flexível
7701	Fios e Cabos Elétricos	Cordão Elétrico Flexível
7702	Fios e Cabos Elétricos	Cordão Elétrico Flexível
7703	Fios e Cabos Elétricos	Cabo Elétrico Flexível
7704	Fios e Cabos Elétricos	Cabo Elétrico Flexível
7705	Fios e Cabos Elétricos	Cabo Elétrico Flexível
7706	Fios e Cabos Elétricos	Cabo Elétrico Flexível
7707	Dispositivos Para Fixação	Abraçadeira
7708	Dispositivos Para Fixação	Abraçadeira
7709	Dispositivos Para Fixação	Abraçadeira
7710	Dispositivos Para Fixação	Abraçadeira
7711	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor

7712	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7713	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7714	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7715	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7716	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7717	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7718	Aparelhos de Iluminação Elétrica de Uso Interno e Externo	Refletor
7719	Relés e Solenoides	Relé Fotelétrico
7720	Relés e Solenoides	Base Relé Fotoelétrico Iluminação
7721	Disjuntores	Disjuntor Baixa Tensão
7722	Equipamentos de Controle Elétrico	Quadro Distribuição
7723	Isoladores Elétricos e Materiais Isolantes	Fita Isolante Elétrica
7724	Isoladores Elétricos e Materiais Isolantes	Fita Isolante Elétrica
7725	Conversores Elétricos Estáticos	Fonte Alimentação
7726	Conversores Elétricos Estáticos	Fonte Alimentação
7727	Conversores Elétricos Estáticos	Fonte Alimentação
7728	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Estroboscópio
7729	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7730	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa
7731	Equipamentos de Iluminação Elétrica Manual e Portátil	Mangueira Luminosa

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Atenta aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal estabelece como requisito que a empresa contratada se comprometa formalmente, por meio de declaração assinada, a adotar práticas que contribuam para o desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

4.3. As medidas e critérios a serem observados incluem:

- 4.3.1 Preferência por produtos com baixo impacto ambiental, ao longo de seu ciclo de vida;
- 4.3.2 Prevenção e gestão adequada de resíduos sólidos, priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 4.3.3 utilização de produtos reciclados e recicláveis, e preferência por bens, serviços e obras que sigam padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- 4.3.4 Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e passíveis de atualização ou melhoria, prolongando sua vida útil;
- 4.3.5 Adoção gradativa de soluções mais sustentáveis, com metas progressivas de aquisição, respeitando a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;
- 4.3.6 Decisões de consumo fundamentadas em critérios racionais, levando em conta a real necessidade, oportunidade e economicidade dos bens a serem adquiridos;
- 4.3.7 Observância às normas técnicas da ABNT, garantindo requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais fornecidos;
- 4.3.8 Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos vigentes, expedidos pelo CONMETRO/Inmetro, assegurando aspectos relacionados à saúde, segurança, meio ambiente, proteção ao consumidor e concorrência leal (Lei nº 9.933/1999).

4.4. Além disso, os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, utilizando material reciclável, com o menor volume possível, de modo a garantir proteção durante o transporte e armazenamento, minimizando o impacto ambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.6. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

Da exigência de amostra

4.7. Não é necessário apresentação de amostras para essa contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.8. Não será exigido carta de solidariedade para esta contratação.

Subcontratação

4.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

4.11. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência adicional de 10% (dez por cento), prevista no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da data da solicitação, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 520, Centro, Município de Dois Vizinhos/PR.

Requisitos gerais para todos os itens

- 5.4. Poderão participar pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências de habilitação, e que exerçam atividades compatíveis com o objeto da contratação. Será obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normas legais previstas no Edital, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.
- 5.5. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas e custos, diretos ou indiretos relacionados com o fornecimento do objeto, como transportes, fretes, seguros, dentre outros.
- 5.6. As propostas serão criteriosamente selecionadas com base na idoneidade do fornecedor, qualidade, experiência na prestação dos referidos serviços, possibilidade de atendimento de urgência e menor custo.
- 5.7. Todos os equipamentos devem ser novos, originais de fábrica e sem uso anterior;
- 5.8. Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante, com manual técnico (quando aplicável) e demais documentações exigidas;
- 5.9. Poderá ser solicitado a apresentação de catálogo técnico, manual técnico ou ficha técnica oficial do fabricante, contendo todas as especificações do produto ofertado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.1.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.1.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.1.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.1.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.1.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/4/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será em remessa única.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} & \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} & \\ & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} & \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} & \\ & \text{Ativo Circulante} & \\ \text{LC} = & \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} & \end{array}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Não se aplica.

Declaração Unificada (DU)

9.31. Preencher e anexar ao sistema até a fase da habilitação a declaração unificada que se encontra em anexo ao processo. (ANEXO I)

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 364.763,90 (trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
- II) Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE CULTURA;
- III) Projeto ou Atividade: 13.392.0013.2040 DEPARTAMENTO DE CULTURA;
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO; e
- V) Fonte de Recurso: 03500 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 30 de abril de 2026.

Leda Maria Ferrari
Gestora da Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Decreto N.º 20806/2024

ANEXO I

REFERENTE AO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Pessoa Jurídica

NOME: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CPF: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que **NÃO EMPREGAMOS MENORES** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração pública. Conforme disposto na Lei Orgânica Municipal em seu Art. 74 A administração pública direta, indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXVI - Fica vedada, também, a contratação pelo Município, para quaisquer finalidades, de empresa privada, individual ou coletiva, naqueles casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, da qual seja proprietário, sócio, gerente ou administrador o cônjuge, companheiro ou companheira, parente natural ou civil, na linha reta e colateral ou transversal até o terceiro grau, ou parentes por afinidade dos agentes políticos ou pessoas referidos nas alíneas do inciso XXIII, supra.

4- Declaramos de que a empresa não mantém e não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: _____

Telefone: () _____

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

6- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

7- Indico como **PREPOSTO**, caso ocorra a contratação da empresa, o Senhor, inscrito no CPF sob o n.º, sendo seu telefone e seu e-mail

8- Dados bancários para recebimento: Banco:....., Agência:....., Conta:....., ou se preferir a chave PIX:

9- Declaramos que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, Art. 67, inciso VI da Lei 14133/2021.

10- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

11- Declaração de não parentesco conforme o Prejulgado 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a licitante não está incurso nas vedações do parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/21.

A empresa acima qualificada DECLARA sob as penas da Lei, que os proprietários, sócios ou dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

- a) Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador do Município, Membros da Comissão de Licitações Pregoeiros ou membros do Controle Interno.
- b) Ocupantes de cargo comissionado que exercem função de direção, chefia ou assessoramento independente de onde estejam lotados;
- c) Servidores efetivos com função gratificada, que atuem ou tenham atuado em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados qualquer outra autoridade ligada à contratação,

Responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente no procedimento de contratação direta, seja por dispensa ou inexigibilidade, instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, que os proprietários, sócio ou dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/21.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Dois Vizinhos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/21.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Dois Vizinhos, de de 2026

Local e data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Carimbo do CNPJ da empresa